

As ruas sul-americanas persistem e anunciam o que virá

Salvador Schavelzon¹

Tradução de Vladimir Sibylla Pires

Introdução

Os meses de outubro e novembro de 2019 trouxeram destaque político para as ruas de vários países da América Latina. Na Colômbia e no Chile, os governos de direita, que tinham acabado de ganhar as eleições encontraram fortes protestos que iniciaram 2020 e continuaram até o anúncio da pandemia². Mesmo sem respostas que estejam à altura da mobilização, os caminhos da imaginação política mostraram capacidade para pensar o que antes era impensável.

Não se trata, neste texto, de especular sobre a desejada revolução a partir de protestos díspares. Estes não abriram um cenário de mudança real ao virar da esquina. O sistema é seguro, protegido por um controle que desafia as lutas como uma força onipresente, em um plano distante das discussões de diferentes identidades políticas em disputa pelo voto. As insurreições urbanas mostraram-se potentes num contexto de neoliberalismo globalizado, onde o conflito com o capital não se reduz a fábricas e percorre as metrópoles invadindo todos os espaços, sem tempo alheio à lógica da valorização.

Embora ainda não saibamos para onde os protestos nos levam, nem quais tarefas os precedem ou seguem, a forma geral da revolta da população parece encontrar um espaço para a disputa. Ao mesmo tempo, até agora vemos que essas formas não minam diretamente a força do sistema. Mas são a modalidade que tomou o protesto como um caminho que pode ser constituído em possível ruptura, desde que encontre a forma a ser mantida com consistência e magnitude, e assim forçar mudanças.

Neste texto, tentamos percorrer a situação sul-americana reconstruindo os contextos de cada país, o que nos permite compreender onde estamos. Entre o avanço da

¹ Antropólogo, professor da Universidade Federal de São Paulo.

² Este texto foi escrito em fevereiro de 2020, antes da chegada da pandemia à América do Sul. Serve como registro de um momento de novas perguntas que ficariam suspensas durante a conjuntura do covid-19.

direita, o retorno do progressismo e o movimento nas ruas, que nos coloca novas questões, tentaremos descrever um momento especial, com algumas intuições sobre a importância da luta autônoma que não esteja presa da lógica institucional, e a evidência de que estamos em um novo momento político.

No Equador, o sucessor de Rafael Correa, Lenin Moreno, seu antigo vice-presidente, que se tornou um rival, enfrentou 11 dias de rebelião que reverteram medidas impopulares, especialmente o fim dos subsídios aos combustíveis, que estavam em vigor há décadas, como recomendado pelo FMI. Como no Chile e na Colômbia, a objeção das ruas equatorianas não parece traduzir-se em apoio político para os adversários. O correísmo procurou entrar na arena de protestos sem sucesso³. As organizações indígenas, com elevado protagonismo, deixaram claro que não queriam nem Lenin, nem Correa. É difícil ver a solução naqueles que pouco antes criminalizaram protestos e militarizaram territórios indígenas em busca de minerais para empresas estrangeiras.

Em grande medida, uma indignação generalizada tem como elemento constitutivo e unificador o desencanto com as alternativas políticas existentes e com tudo o que o sistema representativo dos partidos tem a oferecer, ou seja, a continuidade do neoliberalismo e um modelo de desenvolvimento e civilização marcado pela exclusão e pelo individualismo. Crise de representação e política, sem horizonte de mudanças ou alternativas em curso, nem aberta em qualquer direção. As décadas passadas desde as ditaduras, o desapontamento político das experiências dos governos democráticos, a ausência de um horizonte socialista, da alternativa comum ou viável, significam que não há caminho, mas sim um vazio de respostas, o que não elimina o problema, nem a necessidade de disputar desde onde seja possível.

Neste sentido, vale a pena pensar nos recentes surtos num longo ciclo de lutas contra a globalização capitalista e na gestão neoliberal da crise, com semelhanças, portanto, com os levantes, protestos e revoltas populares como a de junho de 2013 no Brasil, o 15M de 2011 na Espanha e o Occupy Wall Street, junto com outros em todo o mundo. Também a onda anterior, que inclui o aparecimento do zapatismo em 1994, a batalha de Seattle, em 1999, as rebeliões indígenas e urbanas na Bolívia e no Equador, ou dezembro de 2001 na Argentina. Protestos convocados por vários motivos, mas que

³ Cf.: Conaie tilda de 'oportunismo' a las declaraciones de Rafael Correa sobre fallecidos, heridos y detenidos. **El Comercio**. Disponível em: < <https://www.elcomercio.com/actualidad/conaie-correa-twitter-declaraciones-manifestaciones.html> >.

rapidamente questionam toda a situação política geral, usando a internet e de forma descentralizada, sem as velhas ferramentas da classe trabalhadora, nem o tradicional alcance limitado das lutas sindicais. Uma desordem de explosão política que perturba a normalidade e cria um encontro massivo nas ruas que quer mudanças e não se contenta com pouco.

Apesar da centralidade que ainda tem a figura de Evo Morales, a atual crise boliviana também pode ser lida como uma crítica política às instituições e ao governo, na medida em que um elemento chave é a perda do apoio popular majoritário. A queda de Morales começa com sua derrota no referendo de 2016 sobre a reforma, para tentar uma nova reeleição. A direita ocupa o governo após 21 dias de protestos contra o resultado das eleições, mas também não consegue construir apoio ou consenso para garantir a estabilidade na prisão do poder político. As eleições convocadas para maio de 2020 abrem a possibilidade de um retorno do MAS, com um novo candidato a presidente, ou o início de uma transição liderada por forças de centro ou de direita.

O confronto entre progressistas e antigos ou novos direitistas está em curso. Ele é revitalizado na época das eleições e envolve muitos latino-americanos, especialmente as classes médias altas e tradicionais, em torno das quais se joga todo o jogo midiático da política institucional, e que vivem essa oposição como o quadro ao qual a política é reduzida. Com a persistência da crise, a deterioração do poder de compra das classes médias, a evidência de um poder político que não resolve a liberdade, a igualdade, a melhoria que promete, mantém aberto um conflito que tende a promover uma situação inflamável sem direção ou "projeto".

O progressismo e a esquerda governaram a maioria dos países da América Latina na segunda metade da primeira década do século. O modelo de consumo e de crédito, que se tornaria dívida e destruição territorial, ganhou o voto das classes médias baixas para estas administrações, sem garantir serviços públicos de qualidade e acesso a um bem-estar que definisse estes setores, foco da propaganda sobre o legado progressista, como verdadeiras classes médias e não pobres de vida precária. Apesar do apoio popular e da força institucional consolidada, pouco se pode dizer sobre mudanças estruturais que afetam um modelo desigual de desenvolvimento e pacto com as elites, que individualmente se beneficiaram de uma situação de crescimento econômico, sem nenhuma renúncia a seus privilégios no acesso ao comando estatal da economia, com favorecimento em obras de infraestrutura, contratos e outros benefícios. O avanço da direita, que representa diretamente essas elites, não poderia ser alcançado sem uma

deterioração do apoio popular a esses setores políticos de origem esquerdista, o que mostra a dificuldade de mobilizar a população ou a base de apoio de uma forma autêntica e verdadeira, além do voto eventual.

Na segunda década do século, vimos a confirmação da inviabilidade do progressismo como um processo emancipatório. Voltaram os acordos bilaterais de livre comércio, a militarização das favelas e territórios indígenas com recursos naturais, a repressão e criminalização do protesto social, o desenvolvimentismo destrutivo e com lógica de pilhagem, e não de distribuição. Não de soberania, mas de inclusão nas relações capitalistas, no trabalho e na financeirização da vida, com dívidas e precariedade. Em alguns países, onde a crise foi mais grave, o progressismo não hesitou em aplicar fortes medidas de austeridade, sempre priorizando os mercados financeiros, na distribuição dos recursos estatais. A combinação de neoliberalismo, controle social e modelos de organização da vida pautados pelo capital não seria questionada ou qualificada, embora, na verdade, existem diferenças com a direita no formato de política pública, cultura e direitos humanos.

O que, nas reuniões do Fórum Social Mundial, no início do ciclo, foi o encontro de uma militância inspirada no zapatismo, por um lado, e Chávez como promessa de um possível caminho para além do neoliberalismo, estatal, por outro lado, hoje é sua versão deteriorada, com um governo autoritário e de fome, na Venezuela, e uma disputa partidária na região que abandonou a pretensão de mudanças estruturais. Os frutos do zapatismo, ao seu turno, deram origem à luta pela autonomia em todo o continente, num ativismo antiestatal, verde, feminista, pelo comum, que geralmente faz parte da cultura da militância, que desenvolve mudanças nos costumes, sobre como comer, menstruar, amar, e que é central e estratégica nas dinâmicas da revolta e do levante nas ruas, instalado em nossa política de hoje, mas marginal, se não se conecta com a dinâmica do trabalho, sua interrupção, e as maiorias exploradas em movimento.

Em um cenário instável, a direita de Mauricio Macri, que encerra os anos progressistas, não consegue sua reeleição, na Argentina, diante de uma acentuada deterioração econômica. No Brasil de Bolsonaro, as promessas de mão de ferro contra a corrupção são desmanteladas em pouco tempo, diante de velhos e novos atores políticos que já vêm com as velhas práticas de poder incorporadas. Sem os bons resultados econômicos prometidos, embora sem uma crise econômica fora de controle pelo capitalismo brasileiro, o apoio ao governo Bolsonaro ainda não entra numa curva descendente de apoio, mas em conflitos internos perde o controle do partido político

com o qual venceu as eleições, não assegura um apoio popular maciço, e, para disputar a reeleição, dependerá exclusivamente da eficácia dos chavões retóricos que mobilizam os eleitores convencidos pelo raciocínio conservador. Na Colômbia, a cumplicidade do governo Duque com um projeto de morte e guerra não declarada contra aqueles que lutam é inegável, e as mobilizações acompanham a deterioração do seu apoio.

O retorno às ruas não anuncia uma crise do sistema, mas abre um momento de indefinição. A falta de respostas coexiste com a presença de líderes midiáticos, atores políticos inevitáveis, ao mesmo tempo depositários de devoção e denunciados como corruptos ou totalitários. Evo Morales, Cristina Kirchner, Inácio "Lula" da Silva ocupam lugares semelhantes, perseguições, centralidade midiática nos momentos de redefinição do poder, uma base eleitoral garantida, mas também a maior percentagem de votos negativos e considerável perda do apoio de outrora. Contra eles, os adversários crescem mais, muitas vezes favorecendo o caminho para os líderes personalistas de direita, em diferentes países.

Um eixo de oposição esquerda-direita, ou mais propriamente neoliberalismo com tintas sociais progressistas, de inclusão, contra um neoliberalismo econômico com política social conservadora, liberal na economia e conservadora nos costumes, como diz a direita no Brasil e em outros lugares. Não há perspectivas de uma nova esquerda, ou um projeto pós-neoliberal que possa ser mostrado como uma alternativa de dentro do jogo institucional. De fora, além de lutas defensivas e vitórias ocasionais, não há um tecido consistente organizado que ameace o *status quo*.

As ruas são, em grande parte, lidas e vividas como oposição aos governos. Mas não se resumem a isso. Outro eixo opõe-se à representação, aos partidos e aos candidatos que compõem esse cenário de ideias, com uma política que não acredita que o sistema dependa do teatro institucional-eleitoral. Neste plano, torna-se visível a dimensão da governança neoliberal, assim como uma conflitualidade que envolve um capitalismo em mudança, que coloca o trabalho em outro lugar, entendendo suas características de valorização desorganizada, dependendo da logística, impondo um modo precário e não conectado com as forças políticas tradicionais.

Se olharmos para esta sensibilidade política não-neoliberal e não-institucional partidária, que se opõe ao que existe sem propostas ou formas organizativas com lideranças ou mensagens unificadas, mas que procura horizontes e atua de forma imprevisível, entendemos uma marca autônoma que encontra uma presença importante na política atual, em oposição, ainda que também com articulações eventuais possíveis,

com a lógica populista, ou de esquerda estatal, progressista, nacionalista ou socialista. Neste sentido, é compreensível que o PT do Brasil, com o próprio Lula da Silva e seu candidato, ex-prefeito de São Paulo em 2013, entenda os dias de junho de 2013 com um sinal conservador e os imagine como parte de conspirações imperialistas⁴. Estes protestos surgiram com os governos progressistas, tais como o 15M espanhol. A heterogeneidade dos protestos dá origem a um sentido oposto ao da esquerda, ou a uma ambiguidade que pode ter um sinal político indefinido.

Na busca de horizontes, as lutas colocam no centro as questões ambientais, indígenas e de livre comércio com impacto nas economias locais, na territorialidade, no comunitário e na autonomia das formas de vida possíveis ou resistentes, não só rurais ou da selva, mas também urbanas, centradas na vida, na água, na terra, como acesso ao solo e à habitação. Também contra o trabalho, ou reapropriação de trabalho feito para outros. Esta "agenda" que, na realidade, se refere a imaginários e modos de existência e tende a afastar-se das "agendas" da esquerda populista ou estatal, estão também na forma de estilos de vida, consumo, individualismo, competição e a mercantilização da vida.

Há alguma absorção desta política em alguns quadros progressistas, especialmente quando deixam o poder, ou as esquerdas militantes e "críticas" que, no entanto, não se emancipam das linhas políticas da esquerda majoritária. O que é especialmente importante, porém, é não abrir portas para essas agendas, que a esquerda institucional sabe que se opõem ao projeto político que eles assumem como inevitável. Nos próximos anos, porém, veremos algum espaço para que lutas antimineiras nos Andes, pela água na Colômbia e em outros países, pela selva e povos indígenas na Amazônia e em outros lugares ganhem algum apoio da esquerda fora do governo, quando os governos são conservadores, mas também indiferença ou ataque quando a esquerda estiver no poder.

No governo, a esquerda e o progressismo oscilaram entre dois lugares. Por um lado, a forma democrática e liberal, com política partidária orientada para ocupar as instituições e, uma vez nelas, governar sem quaisquer medidas distributivas que questionem as elites, sem assumir uma violência dos de baixo, sem aumentar os impostos ou afetar o poder econômico concentrado. O progressismo neoliberal ou o de

⁴ Cf.: ROCHA, Lucas. Lula acusa EUA de promover manifestações de Junho de 2013 com o objetivo de derrubar Dilma. **Revista Forum**. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/politica/lula-acusa-eua-de-promover-manifestacoes-de-junho-de-2013-com-o-objetivo-de-derrubar-dilma/> >.

adequação ao poder sem tensão ou consideração⁵. A outra posição se alinha com uma esquerda autoritária, não liberal, seja porque revive formas ditatoriais clássicas no poder nacionalista ou conservador latino-americano, seja a partir das tradições de um socialismo de Estado, de uma esquerda vertical e desenvolvimentista, não democrática. Ambas alimentam mitos de mudança, com piscadelas às massas (contra a oligarquia e as elites), que depois aparecem como justificção para uma ocupação pouco republicana das instituições. Em ambos os casos, são tendências que vividas sem uma ruptura real com o poder econômico, geralmente favorecendo novas elites e sem realmente liderar um projeto emancipatório.

A segunda tradição ou tendência, mais desordenada, heterogênea e com elementos populares em sua composição, propõe realizar mudanças a partir do Estado e é fonte de gestos importantes do kirchnerismo, medidas concretas na Venezuela, ou políticas sociais na Bolívia e no Brasil que são continuadas por novos governos, porque seu sentido imediato é eleitoral. Se uma esquerda é liberal, a outra se aproxima do nacionalismo e sem mudanças profundas, mostra uma rápida adequação às piores práticas do poder, o que determina, após a sua saída, toda uma dimensão política resolvida judicialmente.

A seguir vamos apresentar a situação no Brasil, Bolívia, Argentina e Chile, com suas nuances que permitem completar um panorama parcial sobre a política sul-americana. Na Argentina, vemos um retorno do progressismo, com uma figura que não está fechada para chamar toda a família peronista no poder, os pactos com empresários e a busca de um capitalismo sem choques ou gestos populares abruptos, o que caracteriza a juventude peronista que assume continuidade com o peronismo socialista dos anos 1970. O triunfo de Alberto Fernández, que se definiu como um "liberal progressista"⁶ com Cristina Kirchner como vice-presidente, mostra que a chegada da ala direita ao poder não estabelece um período definitivo. A estratégia de tirar Cristina do primeiro plano, acuada por casos judiciais que poderiam tê-la levado à prisão durante a campanha, e a busca de um candidato para neutralizar esse voto negativo, foi a solução que não pôde ser encontrada na Bolívia, e gerou a crise política que levou à renúncia de Evo Morales. Foi também uma dificuldade no Brasil, com a gestão insatisfatória da

⁵ Cf.: FRASER, Nancy. Trump o el fin del neoliberalismo progresista. Disponível em: < <https://www.rebellion.org/noticia.php?id=221955> >.

⁶ Cf.: Alberto Fernández: el peronista que se declara liberal progressista. **El Observador**. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nota/alberto-fernandez-el-peronista-que-se-declara-liberal-progresista--201910281123> >.

Dilma Rousseff do ponto de vista do próprio partido, como um fator que ajudou na derrota.

Após o *impeachment* e a prisão de Lula, a situação no Brasil é oposta à da Argentina, anunciando uma possibilidade para vários países da região. A derrota do progressismo vem com o aparecimento de um novo líder com apoio popular, desta vez da direita. A falta de uma decolagem da economia, o desencanto político generalizado que leva a população a uma vida quotidiana distante das questões políticas institucionais, marca um contraste com a mobilização de argentinos, bolivianos e chilenos, onde se respira política em praticamente qualquer conversa. Bolsonaro tirou da esquerda o lugar da indignação politicamente canalizadora.

Direita obscurantista, neoliberal, militarista no Brasil; progressismo neoliberal, de exploração mineira, mas políticas de direitos humanos e de inclusão na Argentina; e impasse no Chile e na Bolívia, sem solução eleitoral no primeiro, e com a promessa de uma Assembleia Constituinte que, para muitos, e olhando para a experiência da Bolívia, só parece adiar o problema. Horizonte eleitoral para o retorno do Movimento para o Socialismo (MAS), na Bolívia, mas sem Evo Morales e com uma direita que, sem ser lenta ou preguiçosa, já está exercendo o poder.

A seguir, percorremos as situações recentes desses países como peças de um quadro político latino-americano comum, que está em movimento, passando por mudanças traumáticas, fim de ciclos e reconfigurações que nos permitem compor um mapa político de dificuldades e algumas possibilidades.

Brasil

O processo brasileiro teve um ponto de viragem em junho de 2013. Até então, havia hegemonia política do Partido dos Trabalhadores, embora deva ser esclarecido que nunca obteve a maioria no Congresso e desde o primeiro governo, quando não conseguiu criar uma base de apoio automática, com o escândalo do Mensalão (subornos mensais a políticos de diferentes forças para garantir esse apoio). Sem esse apoio, o PT fechou uma aliança mais cara em termos políticos, formando um acordo de cogoverno com o PMDB, partido que nasceu como oposição autorizada durante a ditadura (quando os demais partidos foram proscritos) e que se tornou um recipiente de líderes regionais, linhagens do poder e candidatos do sistema, com mandatos compráveis e espaço para investir economicamente na eleição de um banco ou de um prefeito em algum lugar do país.

Essa aliança com Dilma Rousseff resultou no acordo eleitoral que levou Michel Temer à vice-presidência do Estado e à presidência do Congresso, para dois mandatos (2010-2014, 2014-2016), sendo o segundo interrompido por *impeachment*, deixando o governo nas mãos do partido até então aliado, que realizaria um governo conservador, embora sem grandes interrupções no que havia sido estabelecido até então.

Sem uma maioria própria, num sistema misto entre presidencialista e parlamentarista que exige pactos, o PT teve popularidade perante a sociedade e capacidade de liderar uma linha política, que era a progressista. O PT, nascido como uma ferramenta dos trabalhadores contra a ditadura, em defesa de seus interesses de classe, e uma expressão de uma esquerda que tinha a revolução brasileira como horizonte, mas acabou administrando o capitalismo brasileiro em tempos de crescimento e prosperidade. Os bancos do Brasil foram os que mais ganharam na história mundial recente, o Estado transferiu recursos incomensuráveis para grandes empresas, os empresários amigos do poder construíram fortunas e, com créditos estatais, expandiram-se criando grupos monopolistas ou multinacionais, com negócios facilitados pelo governo.

Durante os anos do PT, houve uma expansão das universidades e do sistema de saúde gratuito, mas isso esteve longe da revolução na educação e na saúde necessária para que o país tivesse serviços de qualidade à disposição de todos. Em vez disso, os recursos do país seguiram a lógica de um poder político subordinado aos mercados. O Estado brasileiro também liderou a missão de paz no Haiti, que serviu de teste para mais tarde desenvolver, no Rio de Janeiro, uma ocupação militar das favelas, a partir da lógica do controle da pobreza com métodos militares. O encarceramento expandiu-se e as mortes violentas atingiram números de países em guerra⁷. Apesar da retórica do governo, que falava de dezenas de milhões de pessoas pobres terem acesso à classe média, a inclusão social permaneceu no nível de consumo sentido pelas classes populares, com a compra de carros, eletrodomésticos, construção civil, com um posterior alto nível de endividamento.

Dez anos de governo desde 2003, quando Lula da Silva tomou posse, formam o período a que agora se refere como lulismo: crescimento com inclusão, enquanto a governança neoliberal traria lucros sem precedentes para o setor financeiro, numa matriz de capitalismo exportador que encontraria, como em toda a região, enormes

⁷ Cf.: [Violência Brasil. Wikipedia.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia_no_Brasil) Disponível em: <
https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia_no_Brasil>.

receitas do agronegócio, da mineração e de outros recursos naturais. Em 2010, Dilma Rousseff, sua ex-ministra de Minas e Energia, e mais tarde Chefe da Casa Civil, uma espécie de ministra articuladora, assumiu o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, responsável pelas obras em todo o país, incluindo a controversa barragem de Belo Monte, cujas empresas concessionárias financiariam as próximas eleições e que é um monumento de destruição e hoje ameaça um grande rio, depois de ter destruído para sempre a vida das comunidades tradicionais e dos povos indígenas deslocados de seus territórios. O trabalho seria um símbolo da destruição, do custo e da falta de retorno e funcionalidade⁸.

Em 2013, o aumento de vinte centavos de Real no preço do transporte urbano desencadearia uma revolta popular em centenas de cidades que mostraria o descontentamento latente. Começaria em São Paulo, governada por Fernando Haddad do PT, mas se espalharia por todo o país. A oposição a uma causa dependente de várias administrações em todas as grandes cidades mostraria uma rejeição de toda a classe política, nas suas várias administrações, com repercussões nacionais, o que expressava um desgaste do PT, mas que não se limitava a ele, era generalizado. A lógica dos protestos foi de expansão sem direção, permitindo a adesão de setores diversos e heterogêneos, com diferenças expostas e sem síntese ou direção unificada. A esquerda saudou esses protestos, mas hoje se fortalece a opinião de que eles favoreceram a chegada ao poder de Bolsonaro, encontrando antes a ideia de que eles foram manipulados e de direita⁹.

Em 2014 a Copa do Mundo viria, deixando um lastro de corrupção para a construção de mega estádios em estados de governos aliados, um perdão fiscal à FIFA, em linha com a política nacional de transferência de recursos para os maiores empresários, juntamente com a ideia de que a crise seria resolvida apoiando grandes empresas com recursos estatais, com perdão da dívida (notadamente na expansão da fronteira agrícola), empréstimos bilionários para empresas líderes que procurariam se

⁸ Cf.: PINTO, Lucio Flavio. Belo Monte vai Quebrar. **Amazônia Real**. Disponível em: < <https://amazoniareal.com.br/belo-monte-vai-quebrar/> >.

⁹ Cf.: ROCHA, Lucas. Lula acusa EUA de promover manifestações de Junho de 2013 com o objetivo de derrubar Dilma. **Revista Forum**. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/politica/lula-acusa-eua-de-promover-manifestacoes-de-junho-de-2013-com-o-objetivo-de-derrubar-dilma/> >.

tornar multinacionais, com uma expansão de empresas de construção, alimentos e minerais para a África, América Latina e o mundo¹⁰.

O governo procuraria recuperar terreno perdido com uma mensagem de unidade e força da nação levada pelo futebol e por um Brasil que se mostrasse ao mundo como uma potência, e assim começasse a ser reconhecido. A derrota do Brasil por 7-1 na final da Copa do Mundo é um erro de cálculo em que os estádios se tornaram locais onde a classe média alta, com bandeiras brasileiras, assobiava a presidenta que, por outro lado, prendia ativistas contrários ao evento que deixou um legado de despejos, proibições de venda ambulante, corrupção e chauvinismo¹¹.

O PT estava a contar as horas, mas não sabia. Depois da Copa do Mundo, Dilma ainda seria reeleita. O dinheiro da campanha viria da peça mais destrutiva que se possa imaginar. Dilma venceu apelando à urgência de parar a direita (do PSDB, Aécio Neves) e conseguiu mobilizar uma elevada percentagem de votos críticos de Dilma, que foi chamada a impedir um governo de ajuste e corte de direitos. Pouco depois de tomar posse, com um ministro da economia que tinha participado na formulação do programa da oposição (o banqueiro Joaquim Levy), Dilma iniciaria um forte ajuste de austeridade, cortando direitos numa política que faria a economia encolher.

Derrotada nas urnas a direita tradicional, liberal, mas de origem socialdemocrata, foi ativada a mobilização e reorganização das forças políticas contrárias ao PT, que terminaria com a eleição de Bolsonaro. Em 2015, chegariam protestos maciços pedindo o *impeachment* de Dilma, que teria uma taxa de aprovação inferior a 5%, segundo pesquisas de opinião a respeito, e perderia o apoio do Congresso, incluindo o PMDB, que em março posicionaria Temer, suspendendo Dilma em um julgamento político. O PT falaria de um golpe, por faltar um crime claro de responsabilidade na acusação necessária para iniciar o processo de *impeachment* que duraria alguns meses. Apesar da força da narrativa política, nas eleições municipais pouco depois, o Partido dos Trabalhadores voltaria a construir alianças eleitorais com a oposição do PMDB que o traiu, votando pela remoção de um governo do qual Temer era o articulador político. O partido mostraria sua vocação como partido de poder, radicalizando seu discurso, uma vez fora do governo, mas com uma lógica distante da mobilização, impossível para

¹⁰ Cf.: LUPION, Bruno Lupion. Como empresas apoiadas para virar 'campeãs nacionais' quebraram ou entraram na mira da Lava Jato. **Nexo Jornal**. Disponível em: < www.nexojournal.com.br/expresso/2016/07/04/Como-empresas-apoiadas-para- virar-campe%C3%AAs-nacionais-quebraram-ou-entraram-na-mira-da-Lava-Jato >.

¹¹ Cf.: SCHAVELZON, Salvador. Mundial para Quien. **Revista Anfibia**, 2014. Disponível em: < <http://revistaanfibia.com/ensayo/mundial-para-quien/> >.

movimentos que se haviam tornado dependentes dos fundos estatais. O partido procuraria polarizar o eleitorado, mantendo presença institucional com alianças com os partidos do sistema, e gestões regionais persistindo no consenso neoliberal e até conservador¹².

A partir da mídia progressista na América Latina, a situação no Brasil era totalmente desinformada. Nos jornais lidos pelos progressistas, as colunas de opinião construíram um apoio homogêneo de esquerdas oficialistas e de antigos dissidentes. Fora do Brasil, a falta de apoio que o PT obteve da sociedade em face do *impeachment* de Dilma e da prisão de Lula foi distorcida. Os mais de um milhão de membros do partido não se mobilizaram e nem os bairros populares nos quais obteve eleitores no passado. A mídia progressista também não deu a seus leitores elementos importantes para entender os processos judiciais aos quais Lula e outros líderes do PT foram submetidos, incluindo as denúncias de empresários e políticos onde a promiscuidade de poder com empresários e grandes empresas contratadas pelo Estado se tornou evidente.

O governo de Bolsonaro chega com ressonância¹³, devido ao radicalismo reacionário de seu discurso, que funciona como chamariz de atração politicamente incorreta, enquanto reforça a ordem e avança contra os direitos. No poder, o bolsonarismo atenderia os setores econômicos, do agronegócio, dos bancos com mais rigor e sem ambiguidades, inclusive avançando contra as organizações sindicais, e sem encontrar resistência. A desmobilização mostra apatia, concentração numa política eleitoral e mediática dos líderes, que aceita como normal um novo governo que no campo político não consegue construir uma base de apoio leal, nem forças partidárias que garantam o seu sustento. Sem uma oposição organizada, Bolsonaro será capaz de ser reeleito, enquanto os *slogans* de enfrentar o fascismo não conseguem adesão ou mobilização contrária.

A aposta de Bolsonaro é de destruição institucional, desmantelamento, avanço contra tudo o que impede os negócios, abrindo sempre que possível uma disputa com os símbolos da esquerda, por exemplo em política cultural, defesa do meio ambiente ou direitos trabalhistas. Há algo de desgoverno como princípio da forma de governar de Bolsonaro: tornar o Estado cúmplice em crimes e abusos que ele deveria controlar. A

¹² Cf.: Na Bahia, governada pelo PT, já são 83 escolas militarizadas. **Esquerda Diário**, 19 de dezembro de 2019. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Na-Bahia-governada-pelo-PT-ja-sao-83-escolas-militarizadas> >.

¹³ Ver Dossiê Bolsonaro and the Unmaking of Brazil. Disponível em: < <https://culanth.org/fieldsights/series/bolsonaro-and-the-unmaking-of-brazil?x-craft-preview=waeTlurXip&token=ugiTkAY1VcXQleimZMuRBCaVBmV0wBYH> >.

agenda de Bolsonaro é a de banqueiros, empresários do agronegócio, pastores evangélicos, forças de segurança. Esse poder já era atendido em suas reivindicações pelo PT, Dilma não recebia vítimas da violência policial, líderes ruralistas eram recompensados com cargos ministeriais e o perdão da dívida pelo desmatamento, ajustes e reformas trabalhistas mais suaves eram iniciados, mas na mesma direção. Não havia, no progressismo, oposição política real ao que está agora no poder. Temer, e mais tarde Bolsonaro, radicalizam essa direção, anulando qualquer contrapeso ou ambiguidade interna que pudessem retardar a marcha nessa direção.

No contexto latino-americano, o bolsonarismo se apresenta como uma possibilidade que se situa na ruptura da representatividade, no contexto de crise e junto com o fracasso e a derrota da esquerda. O projeto que defende é o neoliberal, mas politicamente articulado de forma a superar as dificuldades políticas do neoliberalismo. É uma resposta diferente ao mesmo problema que as ruas apontam: a insuficiência das instituições, a deterioração das condições de vida, o descrédito na política. Mas se as ruas buscam algo além do neoliberalismo, o bolsonarismo o implementa como força estatal que intervém facilitando negócios, conectando estruturas políticas com dinâmicas de cartel e mobilizando agendas conservadoras articuladas por setores das forças de segurança, igrejas pentecostais e grupos anticomunistas ou de poder local, como redes mafiosas que, como o uribismo e o fujimorismo, buscam o controle conservador da sociedade e do Estado.

Onde parece que a pilhagem é a única norma que organiza as práticas, a associação com milícias e proprietários de terras deixa a ideia de que o plano do governo é que as empresas assumam o controle, mesmo onde isso vai contra a lei, como na destruição da Amazônia, com o roubo de madeira, a mineração ilegal e o avanço da fronteira agrícola, protegidos agora pelo Estado. Não se trata de uma ditadura a impor uma lei dura, mas sim o livre arbítrio do lucro excessivo, combinado com mudanças legislativas que tornam a economia mais flexível e eliminam direitos.

A esquerda, nesse contexto, parece incapaz de sair do seu modo de operação anterior. O repúdio generalizado ao bolsonarismo transforma-se numa expressão cultural de cumplicidade progressiva, mas não numa organização, mobilização ou desobediência ao Estado que comanda. A figura de Lula da Silva, como um messias antibolsonarista, é apresentada como um limite para a construção de uma esquerda antissistema. Pelo contrário, a esquerda se ampara na Constituição (redigida pelas elites), na democracia e nas instituições de ordem.

O choque Bolsonaro neutraliza o Partido dos Trabalhadores, que perde a máquina estatal, ganha apoio antibolsonarista, mas se esbate sem ser mais administração viável, opção de governo, ou esquerda de luta e resistência, lugar abandonado com a chegada ao Estado, junto com uma constelação de sindicatos e movimentos sociais que depois de ter acessado o financiamento estatal não encontra um caminho de volta às ruas. A esquerda dissidente do PT, que durante anos representou uma posição crítica, também não voltou a protestar, antes se assimilou ao lugar de gestão, com a perspectiva de substituir o mesmo papel que ocupou a esquerda estatal agora deslocada, mas com a difícil situação de ainda viver com ela e concordar com a maioria das posições, fora do contexto político em que nasce e sempre existiu.

Olhando mais para a Argentina de Alberto Fernandez do que para o Chile do levante contra o modelo, a esquerda lamenta sem tentar uma renovação, sem encontrar uma forma de funcionar longe das instituições, seja na construção do poder territorial autônomo ou na organização social de luta e resistência contra o sistema. A deterioração política e a ameaça concreta de virada à direita reinstauram Lula da Silva como o principal adversário, sem que os equilíbrios críticos da sua experiência no governo possam ser retomados.

Bolívia

A chegada de Evo Morales ao governo, após as eleições de dezembro de 2005, reorganizou o sistema político boliviano. O apoio inédito mostrava que não seria no jogo eleitoral tradicional que as forças deslocadas da democracia boliviana recuperariam o espaço perdido. A agenda da autonomia regional (dos departamentos), promovida pelo poder tradicional de Santa Cruz, adequava-se a essa nova necessidade dos setores deslocados do poder político e econômico. Enquanto os velhos partidos - MNR, MIR, ADN – retiravam-se ou desapareciam porque não podiam manter sua personalidade, a oposição se organizava em PODEMOS, com quadros da direita de todo o país, mas com o comando a partir de Santa Cruz e da Media Luna, onde conquistaram os governos e havia espaço para conquistar uma base social.

Embora fosse uma agenda anterior à chegada do MAS, que já havia se mostrado capaz de mobilização durante o governo de transição de Carlos Mesa, a demanda por autonomia tornou-se uma disputa estratégica no tempo do MAS. Antes de ver a sua capacidade de bloquear a Assembleia Constituinte e ameaçar o próprio governo, era uma agenda perfeita para um bastião da oposição com capacidade eleitoral nacional

limitada. O considerável aumento dos recursos econômicos derivados das descobertas de gás em anos anteriores deveria ser controlado regionalmente, ao contrário de uma estrutura organizacional unitária do país, que agora seria comandada por um partido formado por sindicatos camponeses. Era uma agenda para uma oposição retirada à região, mas também uma agenda que permitiu mobilizar a população da Media Luna, sem identificação com o novo governo nacional. A disputa política partidária deixava, para trás, as velhas identidades e se desenvolvia em um novo campo de forças.

Até a reeleição de 2009, após a aprovação da nova Constituição, o que impedia que a direita com poder de mobilização recuperasse o controle do governo era fundamentalmente o apoio eleitoral maciço de Evo Morales. Em 2008, depois que a Media Luna iniciou um processo de desconsideração do Estado central, com referendos departamentais autoconvocados que aprovaram a autonomia de fato, um referendo revogatório no qual Evo Morales ganhou por 67,4% permitiu neutralizar a oposição e consolidar o poder nas mãos de Evo Morales. A nova Constituição foi aprovada pela oposição e pelo Congresso, embora tenha incorporado boa parte das exigências da oposição e todos os seus vetos, incluindo o que proibia a reeleição por tempo indeterminado.

A esquerda precisa mais do que a direita para governar. Precisa de um apoio inquestionável. E o MAS era um partido da esquerda, com quadros desta origem. Foi até uma tentativa de superar a forma partido, com o modelo de partido-movimento, com candidatos escolhidos pelas fileiras dos sindicatos camponeses de todo o país. Haveria também "convidados", e homens de poder que fariam parte do governo. Mas o deslocamento dos partidos anteriores foi um movimento feito a partir da sociedade, com uma ferramenta política que de fato expressava as demandas que tinham surgido nas lutas e nas ruas. É por isso que só seria bem sucedido se mantivesse o apoio democrático da maioria.

Logo o partido MAS sofreria mutações, tornando-se uma entidade centralizada, em torno dos quadros do governo, não do partido ou dos sindicatos que o compõem, e com agendas que não seriam as das ruas. O projeto seria apoiado em publicidade e em marketing eleitoral convencional, e as agendas nascidas das lutas sociais seriam substituídas por mensagens destinadas a convencer a classe média urbana. Isso refletiria ou acompanharia uma incorporação contínua nas fileiras partidárias (ou de candidatos a cargos governamentais) de celebridades, atores da política tradicional com apoio

clientelista nas regiões, ao mesmo tempo em que iam se perdendo os apoios iniciais de organizações sociais, da juventude e de sensibilidades antissistema.

Juntamente com a consolidação do poder e a aceitação da máquina eleitoral, o controle da justiça e outros poderes, o governo buscava aliados empresariais e fortaleceria os laços com a oposição dos primeiros anos de governo, o setor pecuário e o agronegócio do Oriente. Seria uma aproximação por interesse mútuo, abruptamente interrompida quando, no contexto da denúncia de fraude eleitoral, após as eleições de outubro de 2019, o comitê de Santa Cruz, próximo ao setor empresarial, embora liderado por outros setores, retomaria com Camacho, a liderança dos protestos nacionais contra o MAS, que surgiram em todo o país de forma espontânea e ideologicamente transversal.

O caminho adotado pelo MAS nesses anos estava alinhado com o do progressismo em toda a América do Sul: políticas sociais, aumento do consumo popular, promoção do desenvolvimento extrativista junto aos investidores internacionais e administração das receitas de hidrocarbonetos. Políticas econômicas de longo prazo estariam de acordo com as necessidades do agronegócio, da mineração em larga escala, não da reforma agrária, nem da reestatização, muito menos da descolonização do Estado, que estava fora da agenda e do horizonte. O governo do MAS faria uma política de intervenção e propaganda baseada na chegada direta com títulos e doações a pequenas cidades. A política indígena, plurinacional de *Buen Vivir*, que permeou a constituição, ficaria para trás com uma identidade desenvolvimentista e soberana, que, no entanto, não faria muito mais depois de maio de 2006, quando por decreto as retenções às companhias de petróleo e gás seriam aumentadas de 50% para 81%, base da boa cobrança nos anos seguintes.

Sem grandes transformações, mas com relativo sucesso em alcançar a classe média baixa e sem choques econômicos de outros países, com base no colchão do gás, o governo do MAS cairia por razões políticas e não econômicas. O calcanhar de Aquiles, do qual a oposição saberia tirar proveito, seria a incapacidade de resolver a sucessão pós-Evo Morales dentro do MAS. Ninguém jamais saberá se uma renovação na candidatura presidencial do MAS feita a tempo teria permitido a continuidade, com um poder que se mostrou com pés de barro. Embora um retorno seja possível a curto prazo, mesmo com renovação interna, devido ao apoio que mantém e à falta de unidade e liderança unificada da oposição, a demissão de Evo Morales em 11 de novembro, e seu posterior exílio, criticado desde baixo na Bolívia, parece ser um fim, com a aceitação da

derrota. Apesar da retórica inflamada e da denúncia do golpe, a aceitação do cenário eleitoral e do novo governo, mesmo com os votos da maioria parlamentar do MAS, parece anunciar esse destino. Assim, um novo ciclo começará na reconversão do MAS em um partido de poderes locais e oposição.

O levante contra Evo Morales em outubro e novembro de 2019 ocorreu então no contexto da insistência em concorrer a uma segunda reeleição (no âmbito do Estado Plurinacional), proibida pela Constituição e rejeitada em um referendo sobre a reforma constitucional promovido pelo governo do MAS em 2016. A popularidade de Evo Morales nas eleições anteriores vinha se deteriorando e a fragilidade jurídica que permitiu a candidatura, em uma decisão questionada pelo Tribunal Constitucional sob pressão política, não impediu a agitação que gerou protestos generalizados em todas as cidades uma vez interrompida a contagem eleitoral, com posterior radicalização muito considerável da tendência estatística da diferença entre os votos, o que gerou suspeitas de fraude e levou o governo a convocar uma auditoria da OEA.

Esses protestos unificaram o desgaste político pronunciado após o referendo, cujos resultados Evo Morales não aceitou realmente, argumentando o recurso da oposição a notícias falsas. Quando a OEA recomendou a repetição das eleições, o cerco começou a fechar-se contra o governo. Houve fortes mobilizações desde 21 de outubro, Santa Cruz estava em greve cívica, o que também seria declarado em La Paz, a polícia se recusava a continuar com a contenção dos protestos. A oposição, que denunciou a fraude, suspeitava que a OEA tivesse aprovado a candidatura de Evo Morales, mas sem um relatório que lhe permitisse declarar-se vencedor, a sua sorte estava jogada. A renúncia do presidente, do vice-presidente e de toda a cadeia de sucessão no parlamento veio, horas depois, de uma nova eleição ter sido aceita. Se houvesse, a discussão sobre se Evo Morales poderia se candidatar, voltaria. Mas os futuros protestos em massa pareciam intransponíveis.

Houve ameaças de grupos de oposição para forçar renúncias, mas também um comando do governo nessa direção, procurando criar um vácuo que gerará aclamação por Evo Morales, o que não aconteceu. Houve uma falta de colaboração do exército, que sugeriu a demissão e se recusou a reprimi-la sem garantias para evitar processos judiciais posteriores, como aconteceu em 2003. O general Kalimán, considerado um evista, foi pressionado por tropas e comandantes a não intervir violentamente contra a

denúncia de fraude, e a recomendar um passo à margem de Morales, o que foi feito em nome da pacificação do país¹⁴.

Enquanto o governo procurava recuperar o controle em um conflito pelo resultado das eleições, a direita em Santa Cruz avançava em direção ao governo. O MAS abriu caminho criando um vazio de poder que foi explorado por quem estava em posição de assumir a presidência do Senado. O governo negociava um segundo turno quando a anulação das eleições foi irreversível. A confusão mostrou grupos leais ao governo gritando em apoio ao exército e contra a polícia, que protagonizava um novo episódio no confronto histórico entre as duas forças. Ao mesmo tempo, coronéis pressionavam o comandante-chefe contra o governo.

Fala-se de grandes somas de dinheiro para o comando do exército de ambos os lados do conflito. O MAS esperava controlar esta variável que tinha sido um fator determinante na consolidação do poder em anos anteriores. A sugestão de que para controlar a situação seria necessário que o presidente renunciasse, ao que a Central Obreira Boliviana também se inclinava, pode ser vista como determinante da fraqueza institucional para enfrentar um levante popular, mas também que a situação tinha chegado a um ponto de irreversibilidade definitiva. O exército não tomaria o poder, mas não interviria militarmente contra grupos da oposição e deixaria o governo sem alternativas para sobreviver.

Há relatos de negociações que envolveram a saída de Evo Morales, a defesa de sua vida, à qual ele se refere em entrevistas, e a aceitação de um novo governo por parte do MAS, com maioria no parlamento, fato crucial que corre paralelo à denúncia do golpe pelo governo renunciante. Ainda há lacunas a serem entendidas, sobre a estratégia que levou à renúncia de toda a sucessão constitucional, que poderia ter aberto as portas a um governo de resistência masista, ou a um duplo poder, como na Venezuela. O governo do MAS mostra-se desajeitado ao deixar o resultado das eleições nas mãos da OEA.

¹⁴ A posição leal de Kaliman teria gerado sua detenção, tamanha a ameaça de vozes poderosas com poder dentro do comando geral das forças armadas. Os militares estão a facilitar a tomada do poder por Añez, sem fazer parte do governo. A direita de Santa Cruz aproveita a situação de contar com a segunda presidência do Senado e, na ausência da maioria - do MAS -, assume apelando a uma lei de 2001 que faz referência ao vazio de poder. No caso de não contar com a ausência do MAS, a nova presidenta declarou em entrevistas que a intenção era formar um governo paralelo, assumindo a partir de uma igreja ou escola. Foi o MAS que preferiu aceitar o governo de transição, sem desobedecer ao Parlamento, noutra forma possível de duplo poder de confronto, com a intenção de criar condições para impor um novo mandato de Morales.

Também não está claro como foi aprovada por unanimidade uma lei que apelava para novas eleições e dava poder de fato ao novo governo, o que poderia ter sido questionado, não por ter nascido do voto majoritário da assembleia plurinacional, mas por ter sido autoproclamada. A oposição assume apelando para uma lei de 2001 sobre vazio de poder e com a ausência dos congressistas do MAS. Se houve um bloqueio do Parlamento por parte do MAS, a oposição estava disposta a assumir, de qualquer modo, em uma escola ou igreja, conforme declararam. O papel dos legisladores do MAS mais afeitos ao diálogo foi importante. Em janeiro seria votada a renúncia de Morales e García Linera, prorrogando o mandato dos parlamentares até a eleição de um novo presidente.

Se pensarmos em Evo Morales como o depositário de um mandato popular, essa direita deslocava o governo do MAS de uma forma ilegítima. Tuto Quiroga e outros opositores do PODEMOS e a direita regional têm acesso ao governo sem um mandato eleitoral. Embora o MAS tivesse sua legitimidade questionada para concorrer a Evo Morales, passa à defensiva apelando ao discurso do golpe, deixando para trás a discussão sobre a fraude, embora com declarações de ida e volta sobre sua ausência, possível retorno imediato, formação de milícias, ou validade de sua presidência mesmo de seu refúgio na Argentina, com o argumento de que seu mandato terminaria em 22 de janeiro, e sua renúncia não tinha sido legalmente aceita.

A denúncia do golpe é assumida mais na esquerda latino-americana do que dentro da Bolívia. A entrada do líder cívico Camacho no palácio do governo com a Bíblia, enquanto o segundo na fila para as eleições, Carlos Mesa, ia sendo deslocado, teve grandes repercussões. Houve violência nas ruas fomentada por aqueles que se opuseram à renúncia de Evo Morales, procurando alimentar uma crise que, diante de um vazio de poder, poderia levar Morales a voltar ao governo, como Chávez em 2002. Houve ameaças a funcionários com pressões para se demitirem, na mesma direção em que foi ordenada a demissão de legisladores do comando político, desobedecidos para além do chefe do governo.

A recomendação de renúncia do comandante das forças armadas, William Kalimán, transforma a questão eleitoral numa questão de poder e, no entanto, não é alvo de críticas por parte de Evo Morales, que mantém a coordenação após a renúncia. Kalimán teria agido contendo a posição de outros militares do comando supremo, num contexto de mobilização e repúdio ao resultado eleitoral que permitiu que a desobediência se tornasse natural. O tribunal constitucional, antes endossando a

candidatura de Evo Morales, rapidamente endossou o mecanismo pelo qual um novo presidente é nomeado, diante de um vazio constitucional em relação à situação existente. Sem a presidência das câmaras, a Constituição de 2009 não estabelece procedimentos e a resolução foi surpreendente, deixando sem efeito a estratégia do MAS, elaborada já em extremo e diante da desorganização pela saída de Evo Morales do país.

O exército também não tem participação no novo governo que assume um papel de transição, e não uma ditadura de fato, aceitando a convocatória de eleições com participação do MAS, aceita pelo novo tribunal eleitoral, eleito em consenso entre o MAS e a sua oposição, no governo. O presidente desse tribunal é um acadêmico sem vínculos com a direita regional, e a convocação de eleições para maio de 2020 colocou todos os atores em sintonia com a resolução do impasse através de eleições. Evo Morales indica um binômio eleitoral formado por seu ministro da Economia, apresentado como autor do Milagre Econômico Boliviano. Ele não vem da linha dura ou mais radical, transmitindo uma imagem de moderação semelhante. A que Haddad, no Brasil, e Alberto Fernandez, na Argentina, procuraram capitalizar, voltando ao lugar da conciliação, do liberalismo e da falta de confronto com o poder econômico, que caracteriza o progressismo¹⁵.

Se pensamos que o MAS é produto de mobilizações e bases sociais, verdadeiros depositários do mandato popular, Evo Morales também tem que prestar contas de sua insistência em permanecer no poder, derrubando os vasos comunicantes que, em algum momento, foram propostos como instrumento político das aldeias, e toda uma série de contas que estão sendo deixadas para trás, incluindo a repressão, a intervenção, estabelecimento de organizações sociais em função de uma agenda estatal, às vezes confundida com a expansão capitalista e desenvolvimentista, com a oposição de antigos aliados nas cidades e, notadamente, de indígenas. Com generosidade, Evo Morales também pode ser visto como um testemunho da força indígena e possibilidade da esquerda manter uma voz crítica num mundo capitalista, como um testemunho de que um dia esse poder de baixo será capaz de encontrar caminhos mais concretos de imaginar uma ruptura.

¹⁵ O candidato a vice-presidente seria David Choquehuanca, antigo chanceler. Incluir-lo na dupla procuraria atender o mandato das organizações sociais, que tinham votado nacionalmente a favor da sua nomeação para presidente. Embora tenha mostrado lealdade numa altura em que ocupava cargos que estavam em desacordo com o rumo do governo, representava uma potencial autonomia em relação a Evo Morales, e um vínculo próprio, não derivado, com as comunidades aymaras e os sindicatos camponeses.

Na Bolívia, entretanto, não há um discurso unificado entre aqueles que argumentam a favor de um cenário de golpe. O caráter ilegítimo do novo governo, a desobediência das forças de segurança, os massacres de Senkata e Sacaba, o não reconhecimento da vitória eleitoral de Evo pela sociedade mobilizada. A favor da ideia de que foi uma rebelião popular¹⁶, a situação seria semelhante à queda de de la Rúa na Argentina em dezembro de 2001, na qual a queda do presidente, em uma rebelião social, é seguida por um governo de transição chefiado por um senador peronista. A verdade é que golpe e revolução podem nomear eventos semelhantes. A composição social dos protestos e a sua identidade parecem ser cruciais para essa definição. No caso da Bolívia, algumas questões permanecem em aberto, que serão objeto de discussão historiográfica no futuro.

A falta de legitimidade do novo governo de Jeanine Áñez impõe-se sem iniciar uma fase conservadora estável. Como Macri, na Argentina, e Bolsonaro, no Brasil, a chegada da direita aproveita o fracasso do progressismo e a rejeição de seus líderes em amplos setores da sociedade. Ao mesmo tempo, Lula, Cristina Kirchner e Evo Morales mantêm uma força considerável. O triunfo do kirchnerismo em 2019, contra um macrismo que permanece forte, mostra um contexto bastante instável. O MAS, com maioria parlamentar, poderá ganhar as próximas eleições, ou aceitar a derrota desta vez, mantendo uma forte presença no parlamento, evitando o seu desastre definitivo se abrir processos de renovação e retornar às suas origens, talvez como um novo ator redimensionando o seu lugar nas instituições.

A Bolívia está em uma transição para algo que não sabemos o quê. O pós-evismo, muito provavelmente, será de um novo governo de oposição, ou de um governo do MAS com uma nova configuração, e a emergência de forças do MAS anteriormente controladas pela liderança do governo. O nível de retórica e de simbolismo hiper inflamados impede a incorporação do MAS ao cenário institucional liberal-democrático, apesar da intenção conciliadora, de atitude permissiva para com o poder econômico nacional e estrangeiro e a falta de um projeto de mudança estrutural que afete os interesses dos poderosos. Há elementos dentro do MAS que tendem a essa integração, como demonstram as ações da direção do Congresso do MAS após a saída de Morales. Outros setores estão debatendo entre a radicalização e, como na Argentina ou no Brasil,

¹⁶ Cf.: ZIBECHI, Raúl. Bolivia: un levantamiento popular aprovechado por la ultraderecha. **Desinformemonos**, 11 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://desinformemonos.org/bolivia-un-levantamiento-popular-aprovechado-por-la-ultraderecha/> >.

uma tendência ao evismo messiânico com culto à personalidade e em desacordo com o republicanismo liberal, em meio a gestos e imaginação.

Embora o centro gravitacional do governo, de seu papel atual a partir do parlamento na transição, e de suas candidaturas, suaviza as arestas e coloca o MAS em direção ao centro, tendendo a transformá-lo em um partido democrático de administração sistêmica, ele deve sua existência às tradições de luta e imaginários nascidos das tradições políticas que dão vida ao processo boliviano. Após dez anos de avanço no governo, e 13 anos de exercício do poder, talvez seja necessário um equilíbrio que entenda o MAS na história da Bolívia e dentro do marco das tradições e tendências políticas que o moldam.

O jogo combinatório de duas visões, indianista e marxista, unindo indígenas, camponeses e trabalhadores, da tradição política do Altiplano, entre 2000 e 2005 construiu um projeto de ruptura, como linguagens disponíveis de resistência. Do katarismo¹⁷ do movimento camponês, um projeto de descolonização, autodeterminação de nacionalidades indígenas; do marxismo uma luta de classes na qual a discriminação era entendida como opressão, com toda a tradição mineira e de luta política que buscava ir além da revolução nacional. Essas duas visões, que têm caracterizado o katarismo boliviano desde o final da década de 1960, ganharam terreno no sindicalismo camponês e influenciaram a política nacional desde a década de 1990, bem como a comunicação e identidade do MAS¹⁸.

O centro que estruturou esse projeto como um novo governo e gestão de um capitalismo periférico, buscando estabilidade e eleições vencedoras, no entanto, transformou o marxismo e o indianismo naquilo que era possível gerir: um bolchevismo, que capturava a energia coletiva desejante de um poder autônomo em um poder centralizado a partir do Estado, concebido como um instrumento de transformação e cérebro de um progresso que iria no ritmo do possível. O indianismo, com sua tradição comunitária de poder distribuído, ao seu turno, se transformaria em um autoritarismo, ao alcance da mão também como energia de baixo que se transmuta no poder do líder, de acordo com a tradição latino-americana e boliviana do nacionalismo de Estado. O projeto político de Evo Morales e de seu vice-presidente,

¹⁷ N.T.: Movimento político boliviano iniciado em fins da década de 1960 cujo nome deriva de Tupac Katari, índio insurgente que, no século XVIII, rebelou-se contra os colonizadores espanhóis.

¹⁸ Ver capítulo 2 de SCHAVETZON, S. El Nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/pais_autor_libro_detalle.php?id_libro=754&campo=autor&texto=3395&pais=7.

Álvaro García Linera, está integrado como mais um governo, expressando todos os limites da esquerda e da política de poder, e do Estado, construindo por si só as condições que determinariam sua queda¹⁹.

Em janeiro de 2020, a fórmula do MAS foi anunciada para as eleições de maio. Evo Morales, de Buenos Aires, não reconhece o mandato dado a David Choquehuanca, eleito pela base do MAS em todo o país, e o coloca como vice-presidente, dando conta do seu lugar na estrutura do MAS. Ele coloca Luis Arce na presidência, que, ao se definir como marxista, faz ressoar mais uma vez a tradição política na qual o MAS está inscrito, como uma fórmula indiana e marxista. Longe de ambos projetos e visões políticas, mais do que como uma reminiscência distante, procura-se um candidato à presidência que obedeça a Evo Morales, e que seja palatável à classe média, para quem dirige um discurso moderado, como Alberto Fernández em relação a Cristina Kirchner, na Argentina, e que contrasta com a denúncia do golpe de Estado, também refutada pela bancada do MAS, ao aceitar as renúncias de Evo Morales e Álvaro García Linera, em 21 de janeiro, deixando de lado qualquer tentativa de resistência e retorno à origem, como um partido-movimento que nasceu para ser mais do que uma simples gestão capitalista.

Com maioria parlamentar e declarando um triunfo eleitoral, haveria espaço para a disputa através da nomeação de um novo governo. A falta de incentivo para iniciar um período de mobilizações, e a atitude dos legisladores e movimentos sociais de voltar à normalidade institucional, respeitando as novas autoridades, levam a que a crise seja resolvida eleitoralmente, muito mais na linha da incorporação do PT brasileiro ou do peronismo ao sistema, do que a vontade de mudança que deu origem ao MAS e que agora se faz sentir nas ruas chilenas.

Entre o Estado e a comunidade, movimentos e partidos, entre lideranças fortes que se articulam com institucionalidade burocrática e buscam autonomia que alimentam utopias e memórias da ruptura com a modernidade, com o capitalismo e a República, pêndulos e articulações complexas presentes na sociedade e traduzidas na política dão lugar a um processo aberto onde o popular, a luta de classes, as formas ancestrais e a inserção no capitalismo atual continuam a moldar um futuro.

¹⁹ Cf.: SCHAVETZON, S. Teoría de la revolución en Álvaro García Linera: centralización estatal y elogio de la derrota. Disponível em: < <https://www.rebellion.org/noticia.php?id=240668> >.

Argentina

A Argentina vive o fantasma de uma explosão social. O triunfo do kirchnerismo, numa frente com outros setores peronistas, dissipa-o. Mas isso não o elimina. Em dezembro de 2018 houve uma forte mobilização contra o macrismo, a partir de uma reforma previdenciária, considerada leve, com os censos regionais. O próprio Alberto Fernández aprovou uma redução mais significativa dos ativos no início do seu mandato, sem mobilização. A figura de Macri, de fato, unificou toda a sociedade organizada e permitiu o regresso do kirchnerismo, quatro anos depois de ter sido derrotado por um candidato que parecia impossível triunfar nacionalmente e, ao mesmo tempo, num triunfo do kirchnerismo que, após as eleições anteriores, parecia inviável.

A tensão que a eleição presidencial ajuda a canalizar, no entanto, teria uma data de validade, e sem uma solução para a crise inflacionária e a recessão é possível que aqueles que não votaram pelo retorno do peronismo, aqueles que estão na linha vermelha da pobreza, e aqueles que veem Alberto Fernandez como um mau continuador do kirchnerismo, possam voltar às ruas como em dezembro de 2001, quando a população, de lá, demitiu o governo.

Nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, houve uma grande mobilização popular que derrubou um governo em crise. Seria o ponto de inflexão para uma nova fase política. Das ruas, despediram-se do período que Carlos Menem havia estabelecido de neoliberalismo, ajuste, privatizações, desemprego, alinhamento com os EUA e o FMI, que havia encontrado continuidade no governo deposto de de la Rúa, que convocou Domingo Cavallo, ministro da Economia e símbolo do menemismo, a impor mais uma vez políticas impopulares que escandalizavam a classe média, e manteve uma ampla rede de organizações sociais de desempregados, professores e outras categorias em mobilização.

Não seria o fim do neoliberalismo, mas seria uma mudança de posição em relação aos mandatos dos mercados, e a chegada ao poder de um setor progressista que entende o Estado como um ator político central na compensação das desigualdades, e que levanta símbolos discursivos de soberania nacional, direitos humanos e progressismo.

De la Rúa havia chegado ao poder através de uma coalizão entre seu partido, a centenária União Cívica Radical (UCR) e a FREPASO, de Chacho Álvarez, que havia renunciado recentemente da presidência diante de um escândalo de corrupção envolvendo um homem de seu partido. A FREPASO era um novo partido com um perfil

progressista que expressava claramente a oposição ao menemismo, fundado por dissidentes peronistas do Congresso, que também articulariam um novo sindicalismo não amarelo²⁰ que cresceria naqueles anos. A FREPASO não tinha conseguido derrotar Menem em 1995, e em 1999 fá-lo-ia em aliança com um partido desacreditado pelo eleitor, mas com uma estrutura nacional. O radicalismo faria o mesmo com Mauricio Macri anos mais tarde. Em 1999, porém, aproximavam-se da força que poderia prometer uma alternativa ao neoliberalismo, mas que ainda estava em curso econômico. Esse foi o contexto de um evento político que redefiniu o jogo, com o canto de "Que Se Vayan Todos!" Como uma rejeição de toda a classe política e uma expressão dos piquetes e panelas que ganharam destaque.

O senador Duhalde, do peronismo, assumiria para completar o mandato de de la Rúa. Só em 2003 haveria um presidente eleito, Néstor Kirchner, que poderia finalmente instalar um governo progressista. Embora aliado a Menem desde o governo de uma província, saberia como implementar a política que Chacho Alvarez não tinha tido a devida conjuntura para transformar em governo. As expressões mais radicais de 2001, que constituíram assembleias de bairro e foram além das exigências mais imediatas politicamente, encontrando formas de autonomia que questionavam o sistema e seus políticos, seriam traídas. Mas o povo mobilizado apoiaria o kirchnerismo, que universalizaria os planos de ajuda social e avançaria, a partir do Estado, em apoio a uma agenda de direitos humanos que incluiria as lutas pós-ditadura pela memória e justiça com respeito aos 30.000 desaparecidos.

Porém, longe de superar 50 anos de peronismo e bipartidarismo radical, intercalados com ditaduras, o sistema encontrou líderes com legitimidade. O kirchnerismo saberia encontrar formas de envolver a população em disputas antineoliberais, sem a necessidade de rupturas. O peronismo sendo peronismo, mas se reinventando numa linha com muito contacto com o que o PT faria no Brasil, e a Frente Ampla, no Uruguai, Aliança Pais, no Equador. Chávez, na Venezuela, seria um aliado, mas com outra construção simbólica, socialista. O MAS, na Bolívia, se identificaria com ambos e, também, teria seu próprio lugar, do lado da identidade indígena e da plurinacionalidade.

Visto desde 2001, onde os limites da política burguesa argentina pareciam ser questionados, seja com suas nuances republicanas, socialdemocratas, nacionalistas,

²⁰ N.T.: Designa aquele sindicato que, criado ou mantido pelos empregadores, cuida de seus interesses, ao invés dos interesses dos trabalhadores. Corresponde ao que, no Brasil, denomina-se "peleguismo".

radicais e peronistas, o resultado parece conservador. À luz da extrema direita populista no Brasil e no mundo, uma cultura democrática progressista, incorporada nos partidos liberais, parece ser algo a ser valorizado. O kirchnerismo estaria alinhado com a sensibilidade antineoliberal das maiorias estilizando as Administradoras de Fundos de Aposentadorias e Pensões (AFJP), não alinhando com o FMI, confrontando os exportadores de grãos, ou nos julgamentos dos repressores da ditadura. Como todo peronismo, no entanto, o Kirchnerismo representa em si mesmo a derrota de qualquer possível projeto de ruptura.

O limite seria afetar os bolsos dos poderosos, um modelo de capitalismo não seria superado com amigos empresários no poder, e o modelo de emprego, crescimento, desenvolvimento seria um consenso sem discussão. Apesar de mobilizar linguagens de luta social e representação dos de baixo, a sucessão pós-cristinista, com Scioli, em 2015, e Alberto Fernandez, em 2019, ambos nascidos do menemismo ou da União do Centro Democrático (Ucede), partido ultraliberal de direita, procuraria sanar a ruptura interna do peronismo, entre o progressismo e peronismo e o conservador, fechando os espaços de disputa antineoliberal, com quadros mais afeitos ao diálogo, talvez com exceção de Kicillof, o novo governador de Buenos Aires, que expressa, junto com la Campora, um cristinismo duro que se refere à esquerda peronista dos anos 1970, atualizado como um projeto desenvolvimentista keynesiano.

Dias antes de tomar posse, Alberto Fernandez declarava que a mineração seria sua fonte de recursos para que o país crescesse novamente. Pouco depois houve uma grande marcha em Mendoza contra o governador e uma lei de mineração que colocou em risco a água da província, incluindo sua produção de vinho, e reativou lutas que haviam conseguido parar a mineração, após episódios de derramamento de cianeto em depósitos da empresa Barick Gold.

Embora vendo o desfile de nomes do peronismo federal, dos atuais funcionários que foram da oposição ao kirchnerismo no passado, e das linhas políticas mais conciliatórias do que com Cristina, o triunfo contra Mauricio Macri tem importância regional como sinal da possibilidade de retorno do progressismo, uma vez deslocado pela direita, como um fim de ciclo que não dá origem a outro bem consolidado. Embora o macrismo, juntamente com o radicalismo, retenha uma parte considerável do poder, e precisamente por isso, vemos um cenário em que, em tempos eleitorais, a oposição ganha níveis excessivos de polarização, mas em tempos de gestão as nuances

desaparecem, os homens no poder administram e os grandes desafios, no funcionamento de um modelo injusto, permanecem fora da discussão política diária.

A Argentina identifica o neoliberalismo em seus representantes mais diretos, Menem, Macri, a oligarquia. O kirchnerismo e um pós-kirchnerismo mais peronista são o que se identifica como uma alternativa, e sem espaço para uma esquerda não peronista, ou um peronismo de esquerda não kirchnerista, encontramos intelectuais, grupos políticos e líderes sociais críticos durante o kirchnerismo que se tornaram kirchneristas em momentos de definição. Tal como os eleitores "críticos" do PT, no jogo político real, Lula ou Kirchner representam a possibilidade de por fim ao macrismo, como se fosse o fim do modelo neoliberal, ou de Bolsonaro, como se tratasse de deter o fascismo a partir de um Estado social, de bem estar, que, de fato, nunca existiu.

Apesar de uma situação política bastante controlada desde a troca de autoridades do governo nacional, é visível uma movimentação por distintos caminhos, como o feminismo, a luta contra a mineração²¹, ou o sindicalismo por salários. A impossibilidade de gerar riqueza distribuída a partir da indústria nacional, das pequenas e médias empresas ou das agro exportações, não parecem existir muitos caminhos para além de um novo ciclo de protestos que se alimente com uma crise sem solução visível. Com o kirchnerismo no poder, no entanto, esse cenário se posterga. A esquerda existente teve um crescimento, mas não pela ligação com lutas ou caminhos de emancipação. Tendo aceitado o jogo eleitoral, inclusive uma forte construção política a partir da economia informal, a Confederação dos Trabalhadores da Economia Popular (CTEP), no contexto da disputa contra Macri, se aproximou do kirchnerismo e assim, como Boulos, no Brasil, com Lula, tornou suas próprias construções supérfluas ao lado do progressismo que se auto representa e liquefaz qualquer outro espaço de construção contrário à direita política.

Chile

O Chile ocupa hoje um lugar especial no panorama sul-americano. É onde as coisas estão, ao mesmo tempo, mais abertas e mais fechadas. Onde há algo acontecendo

²¹ Cf.: Definición de Fernández "La minería es primordial". **Página12**, 19 de dezembro de 2019. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/237337-la-mineria-es-primordial> >. Ganó el pueblo de Mendoza: se derogará la reforma de la 7722. **La Izquierda Diario**, 27 de dezembro de 2019. Disponível em: < https://www.laizquierdadiario.com/Gano-el-pueblo-de-Mendoza-se-derogara-la-reforma-de-la-7722?fbclid=IwAR1ji2JaadloLFsY4wLQeGCSRu3kUk7_LLvsSg6pNwq5YPaNaA9H819Joff >.

da ordem do imprevisível. Também não é possível dizer como será resolvida a sucessão presidencial na Bolívia, se vai haver uma revolta na Argentina e se Nicolas Maduro vai poder permanecer no poder. Mas, no Chile, o imprevisto vai mais longe. Por um lado, a falta de caminhos, a persistência dos esforços da classe política para fechar o que as ruas abriram e as dificuldades de sequer imaginar o que seria ir além do que a população está pedindo, se impõem. A pressão que não cessa e a falta de eficácia dos mecanismos tradicionais, incluindo líderes políticos, assembleia constituinte e repressão, fazem do Chile também um cenário de possibilidades, se não revolucionário, pelo menos um laboratório agora pós-neoliberal.

Os manifestantes que ocupam as ruas do Chile desde 18 de outubro cantam "Chile acordou", e isso talvez seja a única coisa certa em um panorama onde o radicalismo da rua, em um levante que não cessa, ainda não encontrou canais de expressão no sentido de mudar esse modelo que já está moralmente destituído, já não consegue funcionar com legitimidade e sem resposta, embora ainda esteja de pé e organizando a vida coletiva da sociedade chilena.

A luta estudantil de 2006 e 2011 é um antecedente ao qual se devem somar a forte mobilização das mulheres, a causa mapuche, com seus prisioneiros e defesa territorial, as miseráveis pensões, de um sistema privatizado do qual se sofre em todas as casas das classes média e baixa, mostrando-se evidentemente injusta, diante de um país governado por ricos e poderosos donos de tudo.

Como uma explosão derivada da acumulação nas lutas e da sensação de necessidade de fazer algo, a força inicial e sustentadora da revolta foram os adolescentes do ensino médio que, sem nada a perder além de suas aulas, decidiram agir desta vez contra um aumento no transporte, não aplicado ao bilhete de estudante, mas ao resto e, como explicaram, ao orçamento de sua família. Como em junho de 2013, no Brasil, o transporte, os adolescentes, a luta, sem bandeiras partidárias, encontram uma forma eficaz de ganhar visibilidade, em um contexto onde o trabalho é desorganizado. O custo do transporte afeta a classe trabalhadora de forma transversal e em tempos de descentralização produtiva, trabalho desorganizado e precário, ele se torna um lugar onde as pessoas estão. A cidade inteira torna-se um espaço de confronto com o modelo e a repressão estatal tem efeitos que tornam visível o protesto de atores indeterminados, afetando a circulação de pessoas e produtos.

O protesto começou em 18 de outubro de 2019, após dois ou três dias em que os estudantes, chamados por uma conta do Instagram de estudantes militantes, se reuniram

nas entradas do metrô do centro de Santiago para evitar os torniquetes e não pagar a tarifa recentemente aumentada. Nesse dia, a polícia reprimiu brutalmente causando um efeito expansivo e interrompendo o serviço de transporte, gerando protestos espontâneos que não parariam por meses. Dias após o início da manifestação, a Praça Itália, rebatizada Praça da Dignidade, recebeu 1,2 milhões de manifestantes, de acordo com estimativas que circularam. Inicialmente pela renúncia de Piñera, os partidos de esquerda e os setores sociais e sindicais organizados, como o que lidera a plataforma contra os operadores privados de aposentadoria, instalaram a demanda por uma Assembleia Constituinte. Esta se tornou uma proposta formal baseada em acordos entre o governo e legisladores da oposição, que, em novembro e dezembro, aprovaram a convocação formal.

Longe da Assembleia Constituinte responder e sentir-se filha das mobilizações, o oportunismo dos políticos e as limitações com que foi programada eram evidentes. Convocada com o nome de Convenção Constituinte, e vinculada a um referendo que, em abril de 2020, determinará se sua composição é mista, com 50% dos membros do Congresso, ou com representantes inteiramente eleitos para ele, o novo texto constitucional deve ser aprovado por dois terços que, dado o comportamento eleitoral dos chilenos, certamente dará poder de veto aos defensores do pinochetismo e do sistema neoliberal, que comercializa os serviços públicos, sem mencionar o resto dos constituintes que também virão, devido à dificuldade de correr fora das partes, das forças que administravam e conduziam o modelo que hoje está sendo contestado.

Em várias votações, o Congresso mostrou limites, mesmo em suas forças emergentes, como a Frente Ampla, que, além de negociar rapidamente com o governo, sem a capacidade de traduzir a falta de legitimidade nesse espaço, permitiu manter a iniciativa, inclusive aprovando leis de criminalização do protesto, como a chamada “lei anticapuz e antissaque”, que levou os representantes dessas forças a pedir desculpas por redes sociais. Em dezembro, a convocação da Assembleia tornou-se lei, deixando de lado a possibilidade da equidade de gênero, a representação facilitada de representantes indígenas e de setores independentes fora dos partidos.

A crise mostra movimentos tectônicos, mesmo nas instituições e no sistema político tradicional. Foram comuns as rupturas de frentes, os legisladores dissidentes, as discussões internas à frente da direita governante, para não falar dos episódios de repúdio nas ruas aos representantes de esquerda, além do apelo geral à luta pela renúncia do presidente, que começa a ser vista de forma positiva até pelos setores

empresariais e de direita, que reagem com descontentamento à falta de estabilidade e ordem social, com queda em toda a atividade econômica.

Ao especular sobre um cenário constituinte, a força da direita será capaz de impor que o trabalho da convenção termine sem resultados. Também pode surgir uma direita moderada, não ancorada na defesa do pinochetismo e que busque acordos com a centro-esquerda, no sentido do que a política chilena produziu como possível²², com partidos como o socialista e o comunista aceitando os limites de um sistema que parecia imutável, e que pode rejuvenescer-se devolvendo ordem e normalidade, talvez em troca apenas de vitórias simbólicas. O resultado, decepcionante, ou sua falta, será capaz de gerar espaço para algo novo que hoje não parece ser uma força partidária ou líderes da esquerda, mas sim um avanço da extrema direita, com o empresário Kast ou um pinochetismo camuflado durante anos como uma direita moderna e democrática, que mostraria sua violência constitutiva de forma direta.

A Assembleia Constituinte deslocou o pedido de renúncia de Piñera, dos primeiros dias de protestos, como uma exigência que visava além do governo, procurando alcançar o modelo. Isso coloca o Chile em um lugar político diferente dos países vizinhos. A Bolívia está discutindo a reeleição de Evo, e a continuidade de MAS, Cristina e Lula, Macri e Bolsonaro é o que está sendo discutido em vez do modelo, nos diferentes países, como se o projeto político progressista ou conservador, ou neoliberal, dependesse da visão política do presidente. O que a crise e a mobilização no Chile mostram é a consciência da necessidade de ir além do progressismo partidário demonstrado pelo governo, como impotência e falta de capacidade para fazer mudanças em ruptura com o movimento armado pinochetista, cuja estrutura é validada na Constituição de 1981.

Sem respostas de cima, nem capacidade de fechar o processo de contestação e avanço na mobilização, a riqueza do momento chileno é medida a partir de baixo. Bairros mobilizados, criação de assembleias nas cidades, mobilização persistente, semanal, com vários apelos de centenas de milhares. Há energia que hoje circula nos espaços políticos e de uma política que banha as relações familiares, os bairros e a amizade. As mulheres produziram registros performáticos denunciando estupro, machismo e o Estado, que percorreram o mundo. Os alunos do ensino médio tiveram

²² Cf.: PORTABLES, F. Profunda derechización concertacionista, 1989-2019. **Rebelión.org**, 12 de dezembro de 2019. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=263337&titular=profunda-derechizaci%F3n-concertacionista-1989-2019-> >.

uma vitória na interrupção dos exames de ingresso na universidade. O povo mapuche, em parte, exige não se envolver em uma situação política chilena, mas sim em solidariedade com os castigados pelo modelo, em uma luta pela autodeterminação territorial e, também, no confronto com o capitalismo e o Estado chilenos.

O custo da repressão, com milhares de prisioneiros, centenas de vítimas de mutilação ocular, denúncias de tortura e estupro, gera uma frente adicional de protesto. O protesto geral, que não está unificado, nem com porta-vozes formais nem com comando organizacional, soma-se setores e bandeiras. Múltiplas causas e demandas locais e específicas, em sindicatos, coletivos ou plataformas, são acrescentadas ao estado geral de protesto e deliberação social a partir das ruas.

O Chile mostra claramente as suas forças políticas de distintas tendências. Nas mobilizações, os símbolos e as atitudes se misturam, o que nos permite imaginar do que é feita a revolta chilena. Encontramos várias gerações, e as tendências mais ou menos radicais, esquerdistas, progressistas e até nacionalistas que compõem a identidade política latino-americana. Disputas como as vividas no governo de unidade popular fazem parte do que está descoberto e aparecem como feridas nunca fechadas. Nas Assembleias, ou entre amigos, se ouve falar dos cordões industriais, da possibilidade de um caminho armado ou pacífico para o socialismo, dos horizontes aos quais se somam novas visões políticas que são influenciadas pela luta pela autodeterminação mapuche ou pela luta das mulheres.

No centro das mobilizações a primeira linha de jovens que enfrenta a repressão é composta por uma classe trabalhadora e estudantil produto do neoliberalismo que diz que já basta. Mais atrás, encontramos bandeiras, mapuches, anarquistas, da nação, expressando que alguma mudança é necessária e delineando já as possíveis frustrações daqueles que não se contentarão com um fechamento a partir de cima, com uma incorporação meramente simbólica de princípios de igualdade social, plurinacionalidade ou direitos diversos.

O cenário chileno é promissor, como inspiração continental para a rebelião e a ruptura neoliberal. Suas assembleias e mobilizações não constituem um duplo poder, nem disputam o lugar das partes nas instituições, que parecem estar separadas do processo de mobilizações, com uma lógica descentralizada e não representativa. Tal como as assembleias de bairro que se seguiram ao surto de dezembro de 2001, na Argentina, as experiências de solidariedade, união, pensamento político e ação militante podem levar a novas lideranças que possam normalizar a situação e canalizar o

descontentamento através dos mecanismos habituais. Eles também poderiam ser laboratórios para pensar sobre o comum e continuar a responder a um sistema.

Por enquanto, as ruas estão colocando a realidade dos que estão no fundo, dos explorados, dos sem voz na agenda, e hoje eles são a força política que impõe a necessidade de respostas.

Conclusão

Enquanto a direita populista chega ao poder no Brasil, na Argentina há um retorno progressista que, no entanto, aposta em se consolidar a partir de um lugar diferente do kirchnerismo anterior, sem rupturas ou conflitos, ainda mais conciliatório, portanto, eliminando os poucos elementos de disputa que, pelo menos simbolicamente, o kirchnerismo evocava, e lhe permitiu retornar, recuperando apoio, antes do fracasso de Macri. Na Bolívia o progressismo é deslocado, a retórica do golpe é usada, como no Brasil, mas não está claro que um novo governo constituirá uma nova liderança. O hiper presidencialismo leva a uma crise que não encontra um canal de estabilização. Nesse sentido, a Bolívia se aproxima do Chile, onde o protesto que se expande, neste caso contra um governo de direita, abre um caminho ainda sem solução à vista, e com possibilidades de fechar com frustração e continuidade da crise, sem mudanças concretas.

O Chile mostra uma situação diferente da do resto dos países da região. O conflito está orientado contra o neoliberalismo, aposentadoria, saúde, educação, vida. Não há jogo entre dois atores políticos e mesmo a esquerda, quando se aproxima do diálogo ou concorda com um plebiscito constitucional, mostra claramente como ainda deixa um grande espaço aberto de continuidade da raiva e do protesto, não coberto pelos atores institucionais e apenas expresso na rua como confronto, e na persistência da mobilização. As dificuldades do governo chileno para controlar a situação, que também contou - como na Bolívia - com a desobediência militar para seguir uma linha de controle repressivo da mobilização social, são evidentes, assim como a falta de caminhos políticos claros para canalizar esses protestos. Neste sentido, o exemplo dos progressistas também não parece promissor. A situação é de vazio, diante da continuidade do neoliberalismo e da direita ameaçadora e da falta de uma esquerda que vá além do controle governamental e da administração do consenso existente para propor caminhos de transformação.

A região mostra que está integrada em tendências políticas similares, apesar do fracasso de organismos supragovernamentais, como o Mercosul ou a Unasul, sem qualquer incidência. O Peru tem sido abalado por escândalos de corrupção envolvendo empresas brasileiras, levando ex-presidentes à prisão e gerando mobilizações generalizadas. A Frente Ampla Uruguaia se encaixa perfeitamente na lógica do progressismo e a direita paraguaia também assimila discursos e lógicas da elite econômica regional, incluindo o papel do agronegócio, que envolve toda a região, independentemente do grau de desenvolvimento capitalista alcançado no passado.

A Venezuela mereceria uma análise separada, devido à sua ligação com a política colombiana, o interesse dos EUA e seu papel simbólico com influência em grande parte da esquerda latino-americana, até mesmo autonomista. A análise da situação interna dos processos políticos, no entanto, mostra que a chave hoje é entre o governo e a mobilização, sem que as teorias sobre alinhamentos e bloqueios geopolíticos sejam capazes de explicar a opção do progressismo de permanecer dentro da ordem, nem a sua queda.

Uma força gravitacional do sistema leva cada governo de esquerda da América do Sul a um centro de moderação e adaptação aos consensos e margens estreitas em que o poder sempre permite que ele se mova. É por isso que o avanço da direita está ocorrendo em uma situação paradoxal em que governos que estavam lutando para cumprir os mandatos do mercado e do consenso neoliberal estão sendo derrubados, além de favorecer aliados empresariais do poder econômico, igrejas e forças de segurança.

Além de algumas medidas "populistas" que poderiam qualificar a última afirmação, a comunicação usada pela direita, em linha com a direita global, é ideológica, de princípios conservadores, bem como corrupta. Exercer o poder e ganhar eleições na América do Sul, com o apoio de milhões de empresas privadas, que retribuem favores, não é uma atividade que não abra flancos de ilegalidade que possam ser explorados contra qualquer governante na América do Sul de hoje. Ao mesmo tempo, é correto criticar a discricionariedade com que a justiça é servida na transição para novos governos.

Além da judicialização da política, que prolonga o tempo das disputas eleitorais, sem que as questões centrais do modelo de sociedade e da organização da vida estejam em jogo. A polarização eleitoral é vivida como uma guerra em que o não apoio a um dos lados se torna necessariamente uma colaboração com o outro. Esta visão se impõe

na política latino-americana ligada a uma visão geopolítica que, centrada na Cambridge Analytica, a denúncia da guerra híbrida e o avanço da extrema-direita, se torna a melhor defesa do progressismo, numa guerra fria que visa vozes críticas, autônomas, críticas, que deveriam permanecer silenciosas diante da ameaça da direita, muitas vezes cúmplice com o progressismo nos consensos que sustentam o capitalismo e as prioridades políticas do Estado.

As eleições tornam-se palco de disputas simbólicas e emocionais, a favor e contra líderes, mobilizando bandeiras de justiça social, soberania, desenvolvimento econômico e emprego ou, então, corrupção, segurança, valores religiosos e nacionalismo. Para além do debate que confronta o progressismo com a direita bolsonarista podemos, no entanto, ver uma oposição mais importante entre o povo, os 99%, os de baixo, mobilizados contra o sistema, o modelo neoliberal, o governo do capital, com as suas diferentes nuances ideológicas e políticas. As respostas institucionais e do sistema político, portanto, não se alinham com a voz das ruas. Cria-se então um vácuo ou espaço político autônomo que ameaça medidas impopulares, presidentes de um ou outro sinal político, e aparece como um lugar a partir do qual o descontentamento, o desencanto e a raiva pessoal tornam-se coletivos.

A ausência de revoltas nas ruas em alguns países não exclui a presença de tumultos e a falta de respostas de cima. O voto contra qualquer governo, a abstenção, a escolha dos candidatos de discurso contra a ordem também expressa que, embora não haja horizontes de reformas à vista, algo tem de ser feito, a panela de pressão pode explodir a qualquer momento. No pensamento crítico, exploram-se ideias que podem escapar aos lugares comuns do keynesianismo, do liberalismo, do socialismo de Estado, numa época aberta em que o encontro coletivo nas ruas pode prefigurar uma sociedade diferente, encontro também de diferenças e concentrando as suas energias na superação da vida difícil do capitalismo desigual.

A direita do discurso de ódio, repressão, poder, aproveita o vazio do fracasso progressivo, como ilustrado na Bolívia pela assunção de Áñez, diante da impotência da maioria parlamentar do MAS. Um caminho interessante parece ser traçado quando, a partir das ruas, do Chile, e nos territórios indígenas de todo o continente, as pessoas pensam contra aqueles acima e o arranjo colonial neoliberal de décadas. Longe de se alistar numa guerra entre potências internacionais que expressariam localmente um lado estatal para se identificar, uma política de rejeição do autoritarismo, machismo,

securitarismo, financeirização, exploração e colonialidade se encontra, age em conjunto e procura onde abrir um momento de insurreição que rejeite as imposições de cima.